



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIAS,
CONTABILIDADE, SECRETARIADO EXECUTIVO E FINANÇAS - FEAACS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO

MARIA MÔNICA DA SILVA MENDES

ENSINO SUPERIOR EM SECRETARIADO: FECHAMENTO DE CURSOS EM
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

FORTALEZA

2019

MARIA MÔNICA DA SILVA MENDES

ENSINO SUPERIOR EM SECRETARIADO: FECHAMENTO DE CURSOS EM
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Monografia apresentada ao curso de Secretariado Executivo do Departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção parcial do título de Bacharel em Secretariado Executivo.

Orientadora: Prof.^a. Ms.^a. Daniela Giareta Durante.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de **Catálogo** na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Mendes, Maria Mônica da Silva.

Ensino Superior em Secretariado : Fechamento de cursos em Instituições Públicas / Maria Mônica da Silva Mendes. — 2019.

53 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) — Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Secretariado Executivo, Fortaleza, 2019.

Orientação: Profa. Ma. Daniela Giarcta Durante .

1. Ensino Superior. 2. Cursos de Graduação. 3. Instituição de Ensino Pública. 4. Encerramento do Curso.
I. Título.

CDD 651.3741

MARIA MÔNICA DA SILVA MENDES

ENSINO SUPERIOR EM SECRETARIADO: FECHAMENTO DE CURSOS EM
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Monografia apresentada ao curso de Secretariado Executivo do Departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção parcial do título de Bacharel em Secretariado Executivo.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Ms^a. Daniela Giaretta Durante (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a. Dr.^a. Conceição de Maria Pinheiro Barros
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Ms.Emiliano Sousa Pontes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente pela minha vida e saúde, e por eu ter conseguido realizar esse sonho com todas as dificuldades que surgiram.

À minha mãe, Adalgisa, pela dedicação, cuidado, compreensão, apoio e amor, sempre. Muito obrigada minha mãe, minha rainha!

Ao meu pai, Eloi, *in memoriam*. A onde o senhor estiver muito obrigada pelo carinho que nos tinha.

Aos meus irmãos, Miguel, Francisco e em especial, ao Gabriel por toda ajuda e companheirismo ao longo desses anos.

À Janna Campos, pelo apoio e companheirismo. Sem sua ajuda, minha amiga, amor e companheira de todos os momentos, eu não teria conseguido. Obrigada por tudo.

A Universidade Federal do Ceará, que eu amo e tenho orgulho em fazer parte.

Ao curso de Agronomia, minha primeira experiência na Universidade e que me proporcionou ser uma pessoa mais consciente.

Ao curso de Secretariado Executivo pela formação acadêmica que me proporcionou concluir.

A minha Orientadora Profa. Ms^a Daniela Giaretta Durante por todo apoio e compreensão na construção desse trabalho.

A minha banca pela disponibilidade e colaboração na concretização desse trabalho.

E a todas as pessoas que me ajudaram de qualquer forma possível para que esse objetivo fosse alcançado.

Meu muito obrigada!

Que todos os nossos esforços estejam sempre focados no desafio à impossibilidade. Todas as grandes conquistas humanas vieram daquilo que parecia impossível (Charles Chaplin).

RESUMO

O curso de Secretariado Executivo atualmente enfrenta um momento de descenso na oferta de cursos em Instituições de Ensino Superior (IES). A partir de 2000, o Ensino Superior brasileiro vivenciou um período de expansão promovido por medidas de políticas educacionais do Governo Federal. O curso de Secretariado Executivo seguiu o processo de desenvolvimento e teve um acréscimo significativo de criação de novos cursos em IES. No entanto, a partir de 2009, esse desenvolvimento vem sendo comprometido por um índice de fechamento vertiginoso do curso nas IES. Diante desse contexto, sentiu-se a necessidade de desenvolver o presente estudo que teve como objetivo compreender os motivos de fechamento do curso de Secretariado Executivo em instituições públicas. Para o alcance desse objetivo, a pesquisa teve como delineamento abordagem qualitativa. Como técnica de coleta de dados utilizou-se da entrevista individual semiestruturada com cada um dos cinco coordenadores dos cursos de Secretariado Executivo que foram fechados, sendo três em nível bacharelado e dois tecnológicos. Para análise dos resultados, fez-se a análise da narrativa. Como principal conclusão, entendeu-se que cada IES pública teve uma distinta causa para o fechamento do curso de Secretariado, tais como: falta de demanda, atualização do curso, término de contrato de projeto de extensão, falta de estrutura e desempenho na avaliação do Ministério da Educação (MEC), portanto, não é possível generalizar os motivos que levaram ao fechamento dos cursos analisados.

Palavras-chave: Ensino Superior. Cursos de graduação. Instituição de Ensino Pública. Encerramento de curso.

ABSTRACT

The Executive Secretariat course is currently facing a moment of decline in the offer of courses in Higher Education Institutions (HEIs). From 2000, the Brazilian Higher Education experienced a period of expansion promoted by measures of educational policies of the Federal Government. The Executive Secretariat course followed the development process and had a significant increase in the creation of new HEI courses. However, since 2009, this development has been compromised by a dizzying rate of course closure in the HEI. Given this context, we felt the need to develop this study that aimed to understand the reasons for closing the Executive Secretariat course in public institutions. To achieve this goal, the research had as a qualitative approach design. As a data collection technique, we used a semi-structured individual interview with each of the five coordinators of the Executive Secretariat courses that were closed, three at the bachelor's level and two at the technology level. For analysis of the results, the narrative analysis was made. As the main conclusion, it was understood that each public HEI had a distinct cause for the closure of the Secretariat course, such as: lack of demand, course update, termination of extension project contract, lack of structure and performance in the evaluation of the Ministry of Education. Education (MEC), therefore, it is not possible to generalize the reasons that led to the closure of the analyzed courses.

Keywords: Higher education. Undergraduate courses. Public Education Institution. End of course.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de cursos de Secretariado Executivo criados no Brasil, por período	29
Gráfico 2 - Cursos de graduação em Secretariado que não estão funcionando no Brasil (2019)	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dimensões para o Processo de Avaliação dos Cursos.....	26
Quadro 2 - Dimensões para o Processo de Avaliação Institucional	27
Quadro 3 - Síntese ENADE	28
Quadro 4 - Características gerais dos cursos	35
Quadro 5 - Características de oferta dos cursos	35
Quadro 6 - Índices ENADE	41
Quadro 7 - Síntese dos motivos que ocasionaram o fechamento dos cursos	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNCST	Catálogo Nacional de Cursos Superiores em Tecnologia
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONSIP	Conselho Superior de Implantação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CST	Cursos Superiores de Tecnologia
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EAD	Ensino à Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENC	Exame Nacional de Cursos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FENASSEC	Federação Nacional das Secretárias e Secretários
IGC	Índice Geral de Cursos
IES	Instituto de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UF	Unidade de Federação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ASPECTOS TEÓRICOS.....	16
2.1	Formação Superior em Secretariado Executivo.....	20
2.1.1	<i>Formação Tecnológica em Secretariado.....</i>	21
2.2	Avaliação de Cursos de Graduação nível Bacharelado	23
2.3	Fechamento de Cursos de Secretariado Executivo	27
3	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	31
3.1	Delineamento da pesquisa	31
3.2	Técnica e instrumento de coleta de dados	32
3.3	Universo da pesquisa e seleção dos participantes.....	33
3.4	Análise de dados.....	34
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	35
4.1	Curso Tecnólogo em Secretariado – IES A.....	36
4.2	Curso Tecnólogo em Automação de Escritórios e Secretariado – IES B.....	38
4.3	Curso Bacharel em Secretariado Executivo – IES C	39
4.4	Curso Bacharel em Secretariado Executivo – IES D	40
4.5	Curso Bacharel em Secretariado Executivo– IES E	41
4.6	Motivosque levaram ao fechamento dos cursos	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS.....	48
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	54

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a formação acadêmica desenvolveu-se tardiamente em comparação aos demais países-latino americanos. Segundo Rossato (2005), até o final do século XVIII, a maioria dos países da América Latina contava com ao menos uma Universidade, exceto o Brasil. A primeira Universidade brasileira, de acordo Fávero (2000), só correu em 1920 com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A partir desse momento traçou-se uma trajetória de crescimento pela expansão do Ensino Superior.

O ensino superior no Brasil passou por diversas transformações a fim de alcançar expansão. Com a reforma universitária de 1968 e a implantação das diretrizes expansionistas como: instituição do vestibular para acesso às universidades federais e expansão das universidades privadas, houve um considerável aumento de alunos matriculados em universidades. No entanto, esse aumento não correspondia a demanda por acesso ao ensino superior (SOUSA, 2008).

A partir de 2000, houve considerada intensificação do desenvolvimento do ensino superior realizado por um projeto político de medidas educacionais do Governo Federal para criação de instituições, oferta de cursos de ensino superior, contratação de professores efetivos e reestruturação física das Instituições de Ensino Superior (IES) (LIMA, 2012). Como resultado dessas medidas, foram criadas no país na década de 2000, 987 IES, 18.381 cursos, e 3.343.186 matrículas efetuadas (CIELO; SCHMIDT; WENNINGKAMP, 2014).

Em relação ao curso de Secretariado Executivo, iniciou com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) com o primeiro curso de bacharelado em 1969, no ano seguinte, em 1970 a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (FENASSEC, 2019). A partir da criação, o curso seguiu o desenvolvimento do cenário do ensino superior brasileiro, com considerável abertura de novos cursos de graduação entre o final da década de 1990 e início da década de 2000 (CIELO; BÔAS; SANCHES, 2017). No período de 1970 a 1997 havia 32 cursos de Secretariado Executivo, em 2007, havia 113 cursos, correspondendo a um aumento de 283%. Contudo, após esse período de ascensão do curso, houve um declínio vertiginoso a partir de 2009 (CIELO; SCHMIDT; WENNINGKAMP, 2014).

O estudo de Cielo; Schmidt; Wenningkamp (2014) mapeou a oferta de cursos de graduação em secretariado no país, com objetivo de compreender o cenário dos cursos de Secretariado e assim questionar o futuro da profissão. Para alcançar os resultados, as autoras usaram amostra dos cursos participantes do ENADE nas edições de 2012. Como resultado o

estudo apontou para retração na quantidade de cursos em funcionamento, bem como de alunos ingressantes.

O estudo de Freitas; Durante (2019) buscou investigar o cenário atual da formação acadêmica de Secretariado no Brasil. Como resultado constatou-se que dos 212 cursos presenciais criados, apenas 51 encontram-se em atividade. Destes, 37 bacharelados e 14 tecnólogos. As autoras constataram que 156 cursos de graduação foram extintos, sendo 148 de instituições privadas e 8 de instituições públicas.

O estudo de Cielo; Schmidt; Wenningkamp (2014) e de Freitas; Durante (2019) alertaram para uma perspectiva negativa sobre a oferta de cursos de graduação em Secretariado Executivo no Brasil. A realidade evidencia um cenário de fechamento de cursos de Secretariado. A partir dessa realidade de fechamentos do curso, levantou-se o seguinte questionamento: Quais os motivos que levaram ao fechamento do curso de Secretariado Executivo no Brasil?

O objetivo principal desta pesquisa é compreender os motivos que levaram ao fechamento do curso de Secretariado, bacharelado e tecnológico, em instituições de ensino públicas. Quanto aos objetivos específicos, definiram-se: 1) Identificar os cursos fechados em instituições públicas; 2) Descrever a criação e fechamento dos cursos; 3) Descrever aspectos de infraestrutura e corpo docente dos cursos fechados.

Acredita-se que esse estudo possa contribuir com o entendimento dos fatores que afetam a permanência dos cursos de graduação em Secretariado e, com isso, o futuro da profissão, servindo de base para a gestão dos cursos, os órgãos representativos da profissão e toda a academia secretarial que tem se preocupado com o fenômeno do fechamento dos cursos.

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos. O primeiro é composto por esta introdução. O segundo dedica-se ao referencial teórico, abordando o ensino Superior no Brasil, a avaliação do ensino superior, a formação superior em Secretariado e o fechamento de curso. No terceiro descrevem-se os procedimentos metodológicos desse estudo. No quarto, são apresentados os dados obtidos. Por fim, as considerações finais e referências são expostas.

2 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ASPECTOS TEÓRICOS

O Ensino Superior no Brasil ocorreu de forma lenta e atrasada comparada ao Ensino Superior na América Latina. Segundo Cunha (1980), em 1538 surgiu a primeira Universidade do continente americano em São Domingos, na República Dominicana. Em seguida, foi a do México em 1553. Foram criadas outras universidades no continente ao passo que na independência do Brasil, em 1822, já se somavam 26 universidades na América Latina. Enquanto no Brasil, nenhuma.

Somente na década de 1920 surgiram as primeiras Universidades brasileiras, sendo a Universidade Federal do Rio de Janeiro a primeira, seguida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1927. No entanto, o quadro de estudantes era majoritariamente composto das camadas médias, filhos de funcionários do Estado e de empresas particulares, assim como de profissionais liberais. Isso porque a década de 1930 foi marcada pela consolidação da sociedade urbano industrial brasileira e pela criação de novos empregos urbanos, tanto no setor público como no privado (FLORES, 2017). Dessa forma, pode-se entender que o acesso ao ensino superior brasileiro na sua fundação não atendia democraticamente a todas as camadas da sociedade.

Em 1930, no Governo de Getúlio Vargas, instituiu-se o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e tinha como um dos propósitos promover mudanças na educação e na estruturação da Universidade Brasileira. Contudo, a educação não era exclusividade do ministério. Passou a ser somente em 1995 no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Muito embora o nome do ministério já houvesse sido alterado para Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1953 (MEC, 2019).

No período entre 1930 e 1945, de acordo com Kang (2017), o Brasil encarava uma fase de crescimento na industrialização. Para Durham; Schwartzman (1992), essa nova realidade suscitava no mercado produtivo a necessidade da formação de profissionais preparados, para atenderem as novas tecnologias e mão de obra especializada das inovações tecnológicas que surgiam no país.

Apesar da necessidade de profissionais especializados e qualificados, por conta do ritmo de desenvolvimento do país, o ensino superior não teve a expansão que o presente contexto demandava. No entanto, segundo Durham; Schwartzman (1992), essa realidade contribuiu para debates acerca da necessidade da pesquisa científica na Universidade assim como da expansão do ensino superior. Complementa essa informação Fávero (2000), ao

afirmar que foi a partir da década de 1960 que as discussões sobre a problematização da estagnação em que se encontravam as universidades ganham repercussão nacional,

Com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961, embora com pouco alcance a transformações no Ensino Superior, desencadeou-se debates que promoveriam reivindicações para a reforma universitária de 1968 (DURHAM; SCHWARTZMAN, 1992).

A década de 1970 até meados de 1980 ocorreu a implantação da reforma universitária promovida em meio a uma ditadura militar. Essa reformulação foi implantada sob um regime político extremamente autoritário, que mantinha as universidades sob intensa suspeita e vigilância policial (SAMPAIO, 1991).

Segundo Sousa (2008, p.118), “Para analisar-se melhor e adequadamente a expansão do ensino superior brasileiro, é preciso retroceder citando alguns fatos da nossa história política que interferiram na consolidação do Ensino Superior Brasileiro”.

Em 1964 os militares promoveram um golpe e depuseram o presidente eleito constitucionalmente João Goulart. A partir de então, o país entra em um regime ditatorial e as forças armadas tomaram o controle do país. Houve resistência ao regime pelo movimento estudantil liderado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que exigia mais vagas, o fim das cátedras, mais recursos e verbas para as universidades, e o fim da lista de espera para acesso à universidade (SOUSA, 2008).

Sobre a reforma da Universitária, Marilena Chauí aponta:

Momentaneamente convertida em problema político e social prioritário, a universidade será reformada para erradicar a possibilidade de contestação interna e externa e para atender às demandas de ascensão e prestígios sociais de uma classe média que apoiará o golpe de 64 e reclamava sua recompensa (CHAUÍ, 2001, p.47- 48).

Como resultado das reformas teve-se: a departamentalização, ou seja, o agrupamento de disciplinas afins; a matrícula por disciplinas, que são divididas em obrigatórias e optativas, o que proporciona alunos de diferentes cursos fazerem a mesma disciplina na mesma sala; o vestibular e ingresso através da classificação obtida, o que promoveria um maior acesso. Outro resultado das reformas universitárias foi a ampliação das universidades privadas que tinham como fundamento dar oportunidade ao ensino superior aos alunos que não conseguissem êxito nos vestibulares das instituições públicas (SOUSA, 2008).

A instituição do concurso vestibular também foi outro fator de incentivo à ampliação da rede privada de ensino. Uma tentativa de “modernizar o país” tornou-se um instrumento elitista e excludente, porque, ao conter o aumento das vagas do ensino público e liberar a criação de cursos e vagas nas particulares, o Governo garantiu à elite, acesso ao ensino público, nas instituições federais, e “empurrou” os menos favorecidos (comumente menos preparados) para um ensino de qualidade duvidosa na iniciativa privada (SOUSA, 2008, p.122).

A década de 1970 foi marcada por uma expansão significativa do ensino superior retratado pelo crescimento econômico do país. Segundo Flores (2017, p.411) “Foi também durante o final da década de 60 e início da década de 70 que deu início a um grande processo de privatização do ensino superior”. No entanto, a década seguinte, 1980, não acompanhou o ritmo de expansão e houve estagnação proveniente de dois motivos: falta de recursos para expansão das universidades federais e impedimento de criação de novos cursos e vagas (SOUSA, 2008). Com o fim da ditadura militar em 1985 o país passaria por um processo de redemocratização, porém não houve expansão do ensino superior, que já sofria um desaceleramento (DURHAM, 2005).

Na década seguinte 1990, devido a conjuntura política neoliberal, houve contribuições significativas para o desenvolvimento do ensino superior privado no país (FRANCA, 2010). Em 1997, previa-se um aumento de 200% no total de vagas ofertadas no país. Assim, inúmeras IES, principalmente privadas, foram criadas, instalando-se nas distintas regiões geográficas do país e ampliando substancialmente a oferta de cursos e vagas no ensino superior. Em 1996, havia no Brasil, 922 instituições de nível superior, sendo 211 públicas (23%) e 711 privadas (77%), em 2005, o número total de instituições elevou-se para 2.165 com 231 públicas (10,7%) e de 1.934 privadas (89,3%) (CIELO; SCHMIDT; WENNINGKAMP, 2014).

A partir da instituição de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, com a proposta de auxiliar a melhoria do ensino superior. É estabelecida a ordenação das instituições de ensino superior públicas ou privadas, ficando a manutenção das universidades públicas pelo poder executivo, bem como o processo de saneamento e fornecimento de recursos adicionais quando necessário. Para as instituições privadas, compete a manutenção pela iniciativa privada (BRASIL, 1996).

Com a mudança do Governo Federal, em 2003, ocorreu um redirecionamento da política educacional. Com a implementação de medidas provisórias, leis e decretos passou-se a fortalecer o ensino público, principalmente das universidades federais (MARTINS,

2009). Em 2005 foi criado o Programa Universidade para Todos (PROUNI) pela Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, e tinha como fim, o concedimento de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes que visavam a graduação em instituições privadas de educação superior (BRASIL, 2005).

Art. 1º. Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005, p.1).

Seguindo a linha progressista do Governo, em 2007, foi criado o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com objetivo de ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Houve a recuperação do orçamento, implantação de novas unidades bem como reestruturação e melhorias de prédios, realização de concursos públicos para contratação de novos docentes e funcionários e atualização de salários (BRASIL, 2010).

Com o Reuni, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior (...) (BRASIL, 2010).

Outra medida relevante quanto à democratização do ensino superior foi a substituição do vestibular até então utilizado como processo de seleção, pela instituição do Sistema de Seleção Unificada (SISU), um sistema informatizado e administrado pelo MEC, determinado pela Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010, em que através no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), os estudantes participavam do processo seletivo nas instituições públicas de educação superior em todo território nacional, além de permitir acesso ao PROUNI (BRASIL,2010).

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Seleção Unificada - SiSU, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação - MEC, por meio do qual são selecionados candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior participantes (BRASIL, 2010)

Dessa forma, entendemos que as medidas de expansão do ensino superior com políticas de inclusão são em decorrência das desvantagens econômicas, sociais e culturais por parte da população menos favorecida. Assim, medidas de reestruturação das IES Federais, da

implantação do sistema unificado de seleção e a concessão de crédito educativo, tornaram o acesso ao ensino superior mais democrático.

2.1 Formação Superior em Secretariado Executivo

A formação acadêmica em Bacharelado do curso de Secretariado Executivo no Brasil iniciou-se em 1969 com a Universidade Federal da Bahia (UFBA). No entanto o reconhecimento pelo Ministério da Educação (MEC) para formação superior em Secretariado Executivo no Brasil, só ocorreu em 1978 com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), após quase uma década da criação do primeiro curso. A UFBA só foi reconhecida pelo MEC somente em 1998 (FENASSEC, 2019).

Em relação à formação acadêmica em Secretariado Executivo, o curso seguiu a evolução e expansão do ensino superior. De acordo com Cielo; Schmidt; Wenningkamp (2014), no período compreendido entre 1970 a 1997, existiam somente 32 IES que ofertavam o curso de Secretariado Executivo. No entanto, esse quantitativo saltou para 113 instituições em 2007, representando um acréscimo de 253%.

A formação superior alcançou novos horizontes com a aprovação do nº 0102/2004 de 11 de março de 2004, para sugestão de elaboração das propostas de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de graduação com especificidade para cada área. Dessa forma, cada Instituição de Ensino Superior (IES), tiveram esclarecimentos para construção dos currículos, com objetivo de formar bacharéis capacitados a atuarem de acordo com as necessidades atuais da profissão (BRASIL, 2019).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Secretariado Executivo pela Resolução nº 3, de 23 de junho de 2005, que direcionou as IES quanto reformulação curricular para atender ao perfil do profissional capaz de atuar nos diversos campos, que a profissão suscitar, conforme afere o artigo 3º:

Art. 3º O curso de graduação em Secretariado Executivo deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões que envolvam sólidos domínios científicos, acadêmicos, tecnológicos e estratégicos, específicos de seu campo de atuação, assegurando eficaz desempenho de múltiplas funções de acordo com as especificidades de cada organização (...)

Parágrafo único. O bacharel em Secretariado Executivo deve apresentar sólida formação geral e humanística (...) bem como capaz para atuar nos níveis de comportamento microorganizacional, mesoorganizacional e macroorganizacional (BRASIL, 2005^a, p.02).

De acordo com o exposto, Pigorini e Vilas-Boas (2013, p. 58) enfatizam “Os cursos de bacharelado são voltados para o mercado de trabalho e prepara o aluno para atuar em uma área específica”. No que tange a formação em Secretariado Executivo, o aspecto interdisciplinar é destacado mediante a diversidade de conteúdo proposto em sua matriz curricular, conforme estabelecido na DCN:

[..] I - Conteúdos básicos: estudos relacionados com as ciências sociais, com as ciências jurídicas, com as ciências econômicas e com as ciências da comunicação e da informação; II - Conteúdos específicos: estudos das técnicas secretariais, da gestão secretarial, da administração e planejamento estratégico nas organizações públicas e privadas, de organização e métodos, de psicologia empresarial, de ética geral e profissional, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e do aprofundamento da língua nacional; III - Conteúdos teórico-práticos: laboratórios informatizados, com as diversas interligações em rede, estágio curricular supervisionado e atividades complementares, especialmente a abordagem teórico- prática dos sistemas de comunicação, com ênfase em softwares e aplicativos (BRASIL, 2005, p.3).

No que se refere ao Bacharelado em Secretariado Executivo, Nonato Júnior (2009, p. 168), ressalta que:

Esta profissão é apontada como uma das mais promissoras em todo o mundo atual, pois atua nos mais diferenciados tipos de organizações, instituições e iniciativas da sociedade civil, exercendo atividades inter-setoriais e interdisciplinares que vão desde instruções técnicas e táticas até conhecimentos de gestão estratégica e da Ciência Aplicada.

Diante do exposto, evidencia-se as competências que o profissional de Secretariado Executivo pode desenvolver a partir da formação superior, garantindo-lhe capacidade analítica frente às diversas situações que permeiam o mundo organizacional.

2.1.1 Formação Tecnológica em Secretariado

Os cursos superiores de Tecnologia (CST) foram instituídos pela Lei de Diretrizes e Bases em 2002 com a Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002. Ao contrário do curso dos cursos de bacharelado, em que há uma diretriz específica a cada curso, os CST são regulados por uma mesma matriz (SILVA E GIULIANE, 2009).

Quanto à composição curricular do CST o artigo 2º da Resolução CNE/CP 03/2002 estabelece:

Art. 2º Os cursos de educação profissional de nível tecnológico serão designados como cursos superiores de tecnologia e deverão:

- I - incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;
- II - incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
- III - desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;
- IV - propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;
- V - promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;
- VI - adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;
- VII - garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº3, 2002, p. 465).

Os Cursos de Tecnologia são regidos pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores em Tecnologia (CNCST), que teve sua primeira edição em 2006, e atualmente está na terceira versão, visto que precisa se atualizar frente as necessidades do mundo organizacional. O CNCST foi aprovado pela portaria MEC nº 413, de 11 de maio de 2016. É organizado em eixos, apresenta o perfil do tecnólogo, a carga horária do curso e a infraestrutura recomendada para cada curso.

Quanto ao curso de Secretariado é denominado pelo CNCST, sem o complemento Executivo, compõe o eixo gestão e negócio. Possui uma carga horária exigida de 1600 horas, período de integralização de curso com requisição mínima de dois anos e no tocante ao perfil profissional:

Planeja e organiza os serviços de secretaria. Assessora executivos, diretores e suas respectivas equipes de forma a otimizar os processos. Executa atividades de eventos, serviços protocolares, viagens, relações com clientes e fornecedores. Redige textos técnicos. Gerencia informações. Coordena as pessoas que fazem parte de sua equipe. Auxilia na contratação de serviço de terceiros. Acompanha contratos de serviços e o cumprimento dos prazos de execução das atividades. Levanta informações de mercado para tomadas de decisão. Controla arquivos e informações. Supervisiona a execução das decisões. Realiza a comunicação interna e externa. Decide sobre a rotina do departamento em que opera. Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação (BRASIL, 2016, p. 49).

Diante do exposto, o Tecnólogo em Secretariado tem como atribuição “atuar nas diversas questões das fontes de informação e da tecnologia que fazem parte do ambiente organizacional” (NONATO JÚNIOR, 2009, p. 172). O que condiz atuar na execução de tarefas, as quais os domínios tecnológicos são específicos da sua área de atuação,

representados pela capacidade de manusear com habilidade as ferramentas modernas, com a finalidade de obter maior eficácia na sua utilização.

2.2 Avaliação de Curso de Graduação nível Bacharelado

A partir da LDB de 1996 passou-se a ter necessidade de avaliação de cursos visando a qualidade e a eficiência do ensino, conferindo indicadores para regulação do setor. Dessa forma, a avaliação da educação superior passou a ser o cerne entre as políticas educacionais, seja como norteadora das diretrizes mais abrangentes, seja como orientadora de ações mais concretas do Ministério da Educação (MEC) (PAIVA, 2008).

De acordo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de nº 9.394/96 em seu artigo 46, estabelece o reconhecimento de cursos, credenciamento de instituições de educação superior, de acordo com processo de avaliação, conforme o artigo afere:

A Lei Nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, regulamenta vários aspectos da Carta Magna. Os dispositivos constitucionais supra mencionados, tem efeitos no Art. 46 da LDB, abaixo transcrito: Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação (Câmara dos Deputados,2001, p.3).

No período compreendido entre 1996 e 2003, o ensino superior era avaliado através do Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido popularmente como “provão”. O exame era aplicado a todos os estudantes concluintes de determinadas áreas pré-selecionadas pelo MEC. O resultado do desempenho dos alunos servia como indicador de qualidade dos respectivos cursos avaliados. Assim a qualidade de um curso era mensurada numa escala de A a E, sendo A o maior valor e E o menor. Era correspondente ao desempenho de seus alunos (SOBRINHO, 2010).

O sistema avaliativo das instituições de ensino superior teve uma evolução quanto aos métodos e finalidades. Em 2004 ocorreu a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) promulgado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. O SINAES é aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e tem por objetivo melhorar a qualidade da educação superior. Os processos avaliativos do SINAES são listados no artigo 80, da Lei nº 9.235 de 2017, e detalhados nos incisos de I aos IV, a seguir:

I – avaliação interna das IES; II – avaliação externa **in loco** das IES, realizada pelo Inep; III – avaliação dos cursos de graduação; IV – avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação por meio do Enade (BRASIL, 2017, p. 25).

O processo de avaliação, SINAES, é importante para que se possa analisar a qualidade das instituições de ensino superior bem como os cursos, e aprendizagem do aluno. E dessa forma possa-se mensurar a eficiência das Instituições de Ensino Superior através de seu alcance a comunidade acadêmica e civil de uma forma abrangente (INEP, 2019).

Para a mensuração da qualidade do Ensino Superior, o SINAES apresenta três estruturas avaliativas: a performance dos estudantes quanto a aprendizagem. Cursos de nível superior, instituição de ensino superior. Como metodologia para essa avaliação, o SINAES dispõe de instrumentos que se complementam a fim de gerar uma informação representativa da situação em que a instituição se encontra. A exemplificar tais instrumentos, têm-se: Enade, Autoavaliação e Avaliação de Cursos (INEP, 2019).

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é de caráter obrigatório e é aplicado periodicamente aos alunos concluintes que devem ser inscritos junto ao INEP pelos dirigentes das IES, de acordo com a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. O exame avalia o desempenho acadêmico, conhecimentos, habilidades e competências, conforme as propostas das respectivas diretrizes curriculares (INEP, 2019). É obrigatório para todas as instituições de Ensino Superior participarem dos processos avaliativos propostos em Lei 10.861, afim de manterem regularidade junto ao Ministério da Educação e aso não cumpram, sofrerão sanções (BRASIL, 2004).

As provas são realizadas anualmente por um grupo de áreas preestabelecidas dentro do ciclo avaliativo de três anos. As áreas de conhecimento e eixos tecnológicos são os seguintes:

Ano I: Cursos de bacharelado de Ciências Agrárias, Ciências da Saúde e áreas afins Engenharias e Arquitetura e Urbanismo; Cursos de Tecnologia nas áreas de Ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Militar e Segurança (MEC, 2019).

Ano II: Cursos de bacharelado de Ciências Biológicas; Ciências Exatas e da Terra; Linguística, Letras e Artes; e áreas afins; Cursos de licenciatura nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra; Linguística, Letras e Artes, Ciências Humanas e Ciências da Saúde; Cursos de Tecnologia nas áreas de Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura e Produção Industrial (MEC, 2019).

Ano III: Cursos de bacharelado de Ciências Sociais Aplicadas e áreas afins; Ciências Humanas e áreas afins que não tenham cursos também avaliados no âmbito das licenciaturas e de Tecnologia nas áreas de Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design (MEC, 2019).

Conceito Preliminar de Curso (CPC), que é um indicador de qualidade e avalia os cursos de graduação conforme orientação técnica aprovada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), e passou a ser utilizada pelo INEP a partir de 2009. O CPC é calculado a partir da avaliação de desempenho no ENADE, pela infraestrutura oferecida aos alunos, número de professores mestres e doutores contratados além de recursos didáticos em sala de aula.

A partir de 2015, o CPC passou a ser calculado por curso de graduação, identificado pelo código do curso constante no Sistema e-MEC, e sua escala de notas varia de 1 a 5, considerando 1 e 2 insatisfatórias (MEC, 2019).

Na nota do CPC, o desempenho dos estudantes conta 55% do total, enquanto a infraestrutura representa 15% e o corpo docente, 30%. Na nota dos docentes, a quantidade de mestres pesa em 15% do total; a dedicação integral, 7,5% e o número de doutores, também 7,5%. Os cursos que não tiveram pelo menos dois estudantes concluintes participantes ficam Sem Conceito (SC), ou seja, não têm seu CPC calculado (MEC, 2019).

O CPC também é importante instrumento para garantir a regulação do curso de graduação nas instituições de ensino superior, que ocorrem pela autorização do curso, reconhecimento, e renovação de reconhecimento do curso (INEP, 2019). Para tanto, a avaliação ocorre periodicamente em conjunto com as avaliações da instituição e ENADE.

O Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, dispõe sobre a regulação, supervisão e avaliação das instituições de Ensino Superior, conforme aferem os incisos 1º, 2º e 3º do 1º artigo

§ 1º A regulação será realizada por meio de atos autorizativos de funcionamento de IES e de oferta de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu no sistema federal de ensino, a fim de promover a igualdade de condições de acesso, de garantir o padrão de qualidade das instituições e dos cursos e de estimular o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

§ 2º A supervisão será realizada por meio de ações preventivas ou corretivas, com vistas ao cumprimento das normas gerais da educação superior, a fim de zelar pela regularidade e pela qualidade da oferta dos cursos de graduação e de pós-graduação lato sensu e das IES que os ofertam.

§ 3º A avaliação será realizada por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, com caráter formativo, e constituirá o referencial básico para os processos de regulação e de supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade. § 4º As funções de supervisão e de avaliação

de que trata o caput poderão ser exercidas em regime de cooperação com os sistemas de ensino estaduais, distrital e municipais (Câmara dos Deputados, 2001, p.3).

Autorização do curso: ocorre quando a instituição solicita ao MEC a abertura de um curso novo. Ocorre então a visita de técnicos avaliadores do MEC in loco para avaliar três dimensões do curso para que se constate a adequação do curso ao projeto proposto; a organização didático-pedagógica, o corpo docente e técnicos administrativos, além das instalações físicas (INEP, 2019).

Reconhecimento do curso: a instituição solicita o reconhecimento de um curso, quando ele atinge a segunda metade de sua duração. A visita dos técnicos avaliadores do MEC ocorre in loco para averiguar se o projeto apresentado para a autorização foi cumprido. São avaliadas as seguintes dimensões: organização didático-pedagógica, corpo docente, corpo discente, instalações físicas e técnico administrativo (INEP, 2019).

Renovação de reconhecimento do curso: ocorrem a cada três anos conforme o ciclo SINAES. É calculado o Conceito Preliminar de Curso (CPC), e o curso que for avaliado com nota 1 ou 2, receberá visita dos técnicos avaliadores do MEC in loco por dois dias para avaliarem a situação do curso (INEP, 2019).

Para Avaliação do Curso, o INEP estabelece dimensões a serem verificadas.

Quadro 1: Dimensões para o Processo de Avaliação dos Cursos

Avaliação dos Cursos
Dimensões
1. Organização didático-pedagógica
2. Perfil do corpo docente
3. Instalações físicas

Fonte: Dados do INEP (2019).

Os cursos podem ser fechados pelo Ministério da Educação (MEC), que é o órgão Federal responsável pela fiscalização e regularização dos Cursos Superior, caso não atinjam a nota satisfatória nas avaliações do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). Os cursos são avaliados mediante indicadores ENADE e CPC e as avaliações INEP (MEC, 2019). A nota do ENADE varia de 1 a 5, sendo 1 e 2 insatisfatórias, 3 a média e 4 e 5 satisfatórias.

A avaliação Institucional tem a finalidade de promover a melhoria da qualidade do ensino superior, dessa forma trabalhar para expandir a oferta de vagas. É dividida em duas partes: Autoavaliação: cada instituição de ensino superior tem sua coordenação própria de avaliação, e realiza a avaliação mediante orientação das diretrizes e pelo roteiro da avaliação

institucional da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e Externa: é realizada por comissões designadas pelo INEP e tem como fundamento avaliar os padrões de qualidade (INEP, 2019).

Quadro 2: Dimensões para o Processo de Avaliação Institucional

Avaliação Institucional Interna e externa	
Dimensões	
1.	Missão e PDI
2.	Política para ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão
3.	Responsabilidade social da IES
4.	Comunicação com a sociedade
5.	As políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e de técnico-administrativo
6.	Organização de gestão da IES
7.	Infraestrutura física
8.	Planejamento de avaliação
9.	Políticas de atendimento aos estudantes
10.	Sustentabilidade financeira

Fonte: Dados do INEP/ 2019

Conforme Quadro 2, as dimensões para o Processo de Avaliação Institucional,

2.3 Fechamento de Cursos de Secretariado Executivo

Passado o ápice da geração de novos cursos de graduação em Secretariado Executivo, em decorrência de medidas governamentais para expansão do ensino superior ocorridos até meados de 2007, ocorreu um período de descenso que se tornou mais evidente a partir de 2009 (CIELO; SCHMIDT; WENNINGKAMP, 2014). A partir desses dados, as autoras buscaram respostas a partir das lacunas existentes sobre estudos quanto ao desenvolvimento do Secretariado Executivo no país. Para tanto, pesquisaram mapear a oferta de cursos nas regiões do país e partir dos resultados refletir sobre o futuro da profissão. Utilizaram como parâmetro a participação dos cursos no ENADE entre as avaliações de 2006 e 2012, chegou-se ao resultado preocupante de aproximadamente 41% haviam sido fechados quando as autoras desenvolveram o estudo em 2014. Como especulação aos motivos de fechamento:

Criação de novos cursos superiores em outras áreas, despertando maior interesse nos jovens; abertura de cursos tecnológicos; disseminação do ensino superior a distância e ainda, pode-se citar, o desestímulo pela formação, uma vez que a ausência de órgãos fiscalizadores permite que profissionais das mais distintas áreas ocupem as vagas criadas para os profissionais de secretariado (CIELO; SCHMIDT; WENNINGKAMP, 2014, p. 60-61).

Ao analisarem o contexto de fechamento dos cursos, Cielo;Schmidt; Wenningkamp (2014), compararam o momento de ápice da criação dos cursos a medidas de incentivo ao Plano Nacional de Educação no atingimento a expansão do ensino superior no país. Para as autoras, essa medida pode não ter sido planejada de maneira financeiramente eficaz o que poderia ter resultado com esse momento de fechamento de cursos.

- a) a escassez de material bibliográfico e de produções científicas motivadoras voltadas para a área; b) coordenar um curso que está “a sombra” de um tecnólogo, no caso das IES privadas; c) a dificuldade de alocação do profissional, uma vez que este possui habilidades demandadas também pelos cursos de administração e de letras; d) a distância entre a realidade do profissional (professor) com a área de atuação do profissional formado em Secretariado Executivo; e) instigar o envolvimento dos discentes em questões que vão além das atividades técnicas da profissão (Silva *et al.* 2017, p. 291-292).

Em conclusão ao estudo realizado por Cielo; Schmidt e Wenningkamp (2014), destacam a importância da observação analítica a oferta de cursos de secretariado, com ênfase aos de nível Bacharelado e em particular das IES públicas, por exporem maior potencialidade quanto a permanecerem com a oferta de cursos de bacharelados em comparação com as IES privadas.

Visando a complementação sobre estudos referentes à situação da oferta de cursos de secretariado no Brasil, o estudo de Silva *et al.* (2017) buscou identificar, dentro da perspectiva negativa de diminuição do curso, investigar o cenário do curso na região Sul do país, o número de cursos que participaram dos quatro ciclos avaliativos do ENADE. Para tanto as autoras utilizaram como embasamento, os relatórios sínteses dos Cursos de Secretariado Executivoparticipantes nos ciclos avaliativos de 2006, 2009,2012 e 2015, como é mostrado a seguir.

Quadro 3–Síntese ENADE.

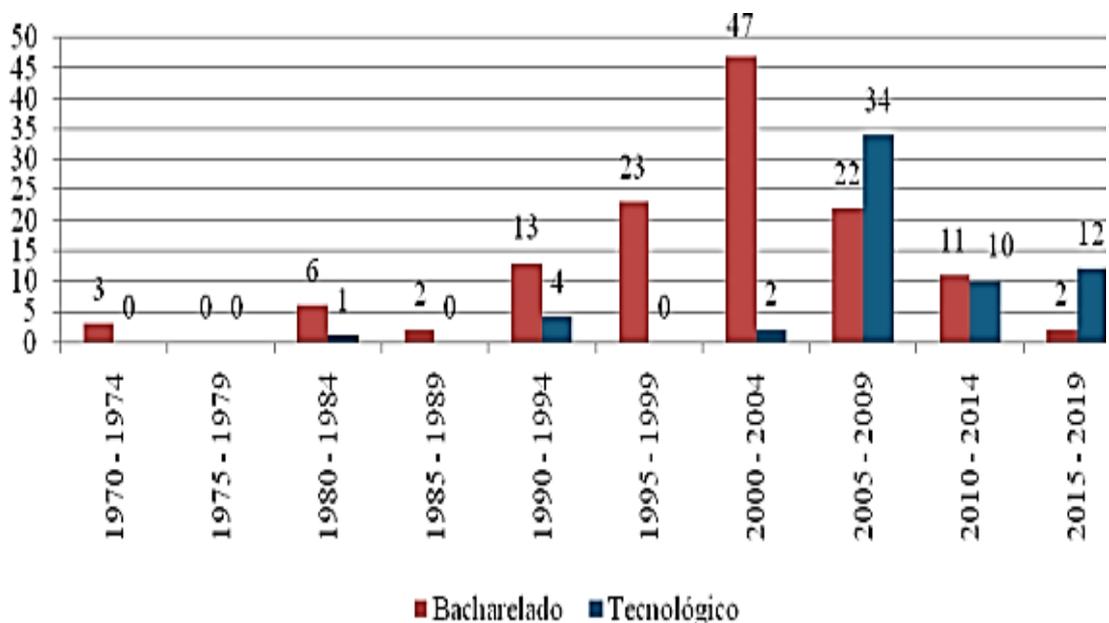
Ciclo ENADE	IES Participante	Conceito 1	Conceito2	Conceito 3	Conceito 4	Conceito 5	S/C
2006	37			5	16	3	13
2009	27		7	14	4	1	1
2012	20		2	10	4	3	1
2015	18		2	8	4	1	3

Fonte: Adaptação da autora com base em Silva et.al (2017).

Como resultado, Silva *et al.* (2017) identificaram uma redução crescente a cada ciclo avaliativo. E constataram está relacionada a uma baixa na demanda pelo curso.

Dando continuidade aos dois estudos anteriores, sobre o decréscimo da oferta de cursos de Secretariado Executivo no país, o estudo de Freitas; Durante (2019), buscou identificar um panorama da atual situação dos cursos de Secretariado Executivo no país. Para tanto realizaram uma pesquisa a partir dos dados obtidos no e-MEC e averiguação cada uma das instituições por contato telefônico. As autoras chegaram ao resultado de que dos 212 de cursos registradas no MEC, desde a 1970, data do primeiro curso, apenas 51 cursos estão em funcionamento, 156 cursos fecharam, sendo 8 de IES públicas e 148 de IES privadas.

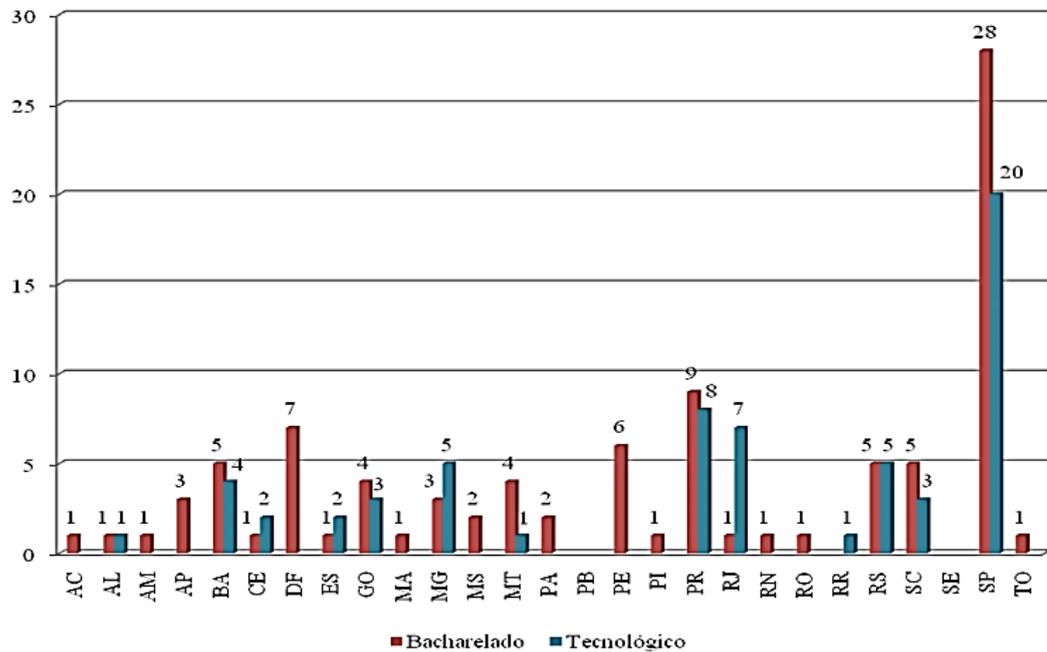
Gráfico 1–Quantidade de cursos de Secretariado Executivo criados no Brasil, por ano



Fonte: Freitas; Durante (2019, p.7).

Com os resultados as autoras constataram que dos do período compreendido entre 1970 e 1999, 52 cursos entraram em funcionamento. Entre 2000 e 2004, 49 passaram a funcionar, o que comprova o período de expansão citado por Cielo; Schmidt e Wenningkamp (2014), entre 2000 e 2009, 105 cursos foram criados. O período de 2008 a 2009, ocorre o decréscimo dos cursos de bacharelado e ascensão dos cursos tecnológicos (FREITAS; DURANTE, 2019).

Gráfico 2 – Cursos de graduação em Secretariado que não estão funcionando no Brasil (2019)



Fonte: Freitas; Durante (2019, p.11).

Percebe-se a quantidade de cursos que foram fechados. Destaca-se que o estado de São Paulo, assim como o que mais abriu cursos, também foi o que mais fechou. E que o fechamento, com exceção dos estados da Paraíba e de Sergipe, ocorreu em todos os estados (FREITAS; DURANTE, 2019).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Metodologia é a estruturação de como a pesquisa é conduzida para atingir os objetivos propostos. É na coleta de dados que se extraem as respostas para as indagações que objetivaram o trabalho científico. Portanto, definir a técnica de coleta de dados adequada ao tipo de pesquisa estabelecido, bem como a técnica melhor aplicada para analisar os dados colhidos é crucial para desempenho eficaz do trabalho (OLIVEIRA, 2007).

3.1 Delineamento da pesquisa

Realizar uma pesquisa requer, primeiramente interesse em formular indagações que respondam a inquietações surgidas mediante conhecimento de um fato. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 155), “a pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Dessa forma, para que se possa atingir com êxito os objetivos propostos na pesquisa é necessário seguir procedimentos metodológicos previamente estabelecidos, que, de acordo com Gil (2010), seguem a uma racionalidade e uma sistematização desenvolvida em todo o processo de pesquisa desde a questão norteadora até a apresentação dos resultados.

Quanto à abordagem, este estudo se caracteriza por natureza qualitativa, pois tem a finalidade de coletar, interpretar e avaliar os dados subjetivamente com o objetivo de investigar os motivos pelos quais as IES públicas tiveram os cursos de Secretariado fechados.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Prodanov e Freitas (2013 p.70) “não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave”. Essa abordagem foi escolhida para este estudo porque de acordo com os objetivos, pode garantir o máximo possível de extração de informações e o aprofundamento do fenômeno. Para Creswell (2010, p.43), a abordagem qualitativa é “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”.

3.2 Técnica e instrumento de coleta de dados

Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico com a finalidade de sustentar através de bases teóricas, as indagações levantadas com os objetivos deste estudo e assim “[...] discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congressos, etc.” (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 54).

Na sequência, foram coletados dados empíricos. Para tanto, utilizou-se a técnica de entrevista individual do tipo semiestruturada. Para Breakwell (2010, p.240) “as entrevistas de pesquisa requerem uma abordagem muito sistemática da coleta, da análise e da descrição dos dados que permite ao pesquisador maximizar as chances de se obter conclusões significativas, válidas e fidedignas”.

O objetivo principal da entrevista é conseguir informações pessoais do entrevistado acerca de determinado assunto ou questão. Para tanto, há que se planejar as questões, conforme menciona Breakwell (2010, p.242), através de um Plano de Entrevista como forma de conduzir entrevista. O autor também explica que há diferentes tipos de pesquisa variando quanto a forma da estruturação das perguntas, e conseqüentemente, a condução das respostas.

Na entrevista totalmente estruturada,

[...] geralmente os entrevistados são convidados a escolher uma resposta de uma série fixa de opiniões oferecida pelo pesquisador. [...] Esse tipo de estrutura de entrevista, produz informação que é facilmente quantificada. [...] Contudo, como todas as técnicas pré-estruturadas de coletas de dados, deixa pouco lugar para descobertas imprevistas (BREAKWELL, 2010, p.243)

Em entrevistas não estruturadas,

o pesquisador tem um número de tópicos a cobrir, mas as questões precisas e sua ordem não são fixadas; permite-se que elas se desenvolvam como um resultado de intercâmbio com o entrevistado. Respostas abertas permitem aos entrevistados dizer tão pouco ou tanto quanto eles acharem melhor”. (BREAKWELL, 2010, p.243)

Para esse estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, seguindo um roteiro previamente elaborado a fim de contemplar os assuntos necessários, visando à liberdade de resposta do entrevistado e dessa forma a oportunidade para o entrevistador se aprofundar nas indagações.

Breakwell (2010) explica que não há necessidade de a entrevista ocorrer presencialmente. Para o autor, a utilização do telefone vem sendo empregada como meio por ser prático, ter amplo alcance e ter um custo mais acessível que os demais métodos. No entanto, o autor também elucida desvantagens que vão desde a disponibilidade das pessoas em falar ao telefone, ao constrangimento em se responder questões abertas por telefone, assim como questões mais elaboradas que demandam mais reflexão sobre as respostas.

Com a crescente disponibilidade do acesso eletrônico *online* pela internet, os pesquisadores têm procurado migrar da entrevista telefônica para a entrevista pela *web* ou por *e-mail*. De fato, a *web* já é regularmente utilizada para levantamentos envolvendo questionários (BREAKWELL, 2010, p. 249).

As entrevistas foram agendadas via aplicativo de mensagens no mês de novembro de 2019. O horário foi acordado de acordo com a disponibilidade do entrevistado. Uma entrevista ocorreu presencialmente e as outras quatro por meio de aplicativos de vídeo chamadas.

O tempo de cada entrevista variou entre 18 e 59 minutos. Foram gravadas e transcritas para o processo de análise. O meio eletrônico foi adotado especialmente porque os sujeitos se encontravam em diferentes estados do Brasil, distantes do local da pesquisa, e ao mesmo tempo, o meio eletrônico possibilitou a interação entre o pesquisador e os sujeitos, da mesma forma como ocorreu presencialmente.

Para a realização das entrevistas, portanto, foi elaborado um roteiro formado de 3 blocos temáticos a origem do curso, a estrutura física e recursos e ao fechamento do curso (APENDICE A).

3.3 Universo da pesquisa e seleção dos participantes

De acordo com Marques (2006, p. 56) o universo da pesquisa compreende o “conjunto, atotalidade de elementos que possuem determinadas características, definidas por um estudo”. Segundo Vieira (2009, p. 116) “população ou universo é o conjunto de unidades sobre o qual desejamos obter informação”.

Considerando-se essa definição, o universo deste estudo delimita-se a coordenadores e professores do curso de secretariado, ensino superior, de IES públicas, que tiveram o curso fechado.

Para identificação dos cursos fechados, partiu-se dos resultados obtidos por Freitas e Durante (2019) sobre a investigação do cenário atual da formação acadêmica de Secretariado no Brasil, que constatarem 156 cursos extintos, destes, oito públicos, objeto de investigação do presente estudo. No entanto, no início da pesquisa identificou-se que desses oito, dois cursos eram mantidos por Instituição comunitária, o que foge a proposta desse estudo, restando então seis cursos que foram fechados no Brasil em IES pública, na trajetória da formação em secretariado. Dada a característica anônima de toda a pesquisa, as IES não serão denominadas nesta pesquisa, sendo identificadas por IES A, IES B, IES C, IES D e IES E.

Com a identificação dos cursos, iniciaram-se então as tentativas em localizar pessoas que participaram do processo de encerramento dos cursos para a coleta de dados. Por meio de pesquisas nos *sites* institucionais, professores de secretariado, contatos pessoais, chegou-se ao coordenador dos cursos na época do encerramento. Essas pessoas foram contatadas por telefone e aplicativo de mensagens, sendo convidadas a participar da pesquisa, obtendo-se o aceite. Apesar das tentativas, não foi possível localizar pessoas conhecedoras do processo de encerramento de um dos cursos. A pesquisa foi então realizada com cinco sujeitos, correspondente a cinco cursos de secretariado encerrados.

Assim, para a seleção dos participantes, considerou-se os seguintes parâmetros:

- a) Ter sido coordenador do curso de Secretariado, professor ou técnico administrativo presente no período do fechamento do curso.
- b) Aceitar participar da pesquisa.

3.4 Análise de dados

Este estudo teve como técnica para análise de dados a análise da narrativa do tipo temática, que segundo Zaccarelli e Godoy (2014, p.28) “O foco da análise temática é a investigação do que é dito e experienciado pelo narrador”. Interessa-se o entendimento do que foi mencionado, sua grandeza de detalhes e a profundidade da experiência pessoal e não a forma como foi passado. A análise foi feita a partir dos resultados obtidos nas entrevistas. Buscou-se fazer uma síntese dos relatos, de forma a manter coerência contextual nos relatos a serem descritos.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados obtidos nesta pesquisa. De forma a melhor elucidar, elaborou-se o Quadro 4 com as características gerais dos cursos e o Quadro 5 com características de ofertas de vagas. Os dados foram obtidos durante as entrevistas e sintetizados de forma a construir um panorama com características dos cursos.

Quadro 4 - Características gerais dos cursos

Curso	Grau	IES	Cidade	UF	Categoria administrativa
Secretariado	Tecnológico	IES A	São Caetano do Sul	SP	Estadual
Automação de Escritórios e Secretariado	Tecnológico	IES B	Guaratinguetá	SP	Estadual
Secretariado Executivo	Bacharelado	IES C	Laranjeiras do Sul	PR	Estadual
Secretariado Executivo Tri lingue	Bacharelado	IES D	Barcarena	PA	Estadual
Secretariado Executivo	Bacharelado	IES E	Macapá	AP	Federal

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Observa-se no Quadro 4, que se trata de três cursos bacharelados e dois tecnológicos. Quanto a localização territorial das instituições, dois se localizam na região sudeste, um na região sul e dois na região norte.

Quadro 5 – Características de oferta dos cursos

IES	Vagas Ofertadas	Periodicidade de	Duração (semestre)	Ano inicial	Ano final	Alunos Formados
IES A	40	Semestral	6	2009	2016	164
IES B	30	Semestral	8	1995	2005	333
IES C	40	Anual	8	2011	2017	46
IES D	40	Modular	8	2012	2016	25
IES E	50	Anual	8	1991	2017	Em torno de 300
Total de alunos formados						Em torno de 868

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Em relação à quantidade de vagas ofertadas pelos cursos, o Quadro 5 evidencia que em média eram ofertadas 40, anuais ou semestrais. No tocante a duração do curso, importante destacar que a IES B, mesmo sendo um curso tecnológico tinha duração de oito semestres, equivalendo a duração dos cursos bacharelados.

Também se pode fazer uma correlação entre o tempo vigente do curso e a quantidade de alunos formados. Dessa forma, salienta-se que a IES B em 10 anos de vigência formou 333 alunos. Importante destacar que a IES D, formou apenas uma turma e a IES C, três turmas. Quanto a vigência dos cursos variou de quatro a dezesseis anos.

A seguir é narrada uma breve trajetória de cada curso, obtida durante as entrevistas concedidas pelos coordenadores.

4.1 Curso Tecnólogo em Secretariado – IES A

A IES A faz parte uma instituição que congrega todas as IES tecnológicas do estado, e ofertam cursos tecnológicos em nível superior. A IES A ofereceu o curso de Secretariado no período de 2009 a 2016. O curso teve início no primeiro semestre de 2009 com 40 vagas ofertadas e periodicidade semestral. No entanto, já no 1º vestibular apenas 25 vagas foram preenchidas. O que passou a ser uma recorrência nos vestibulares seguintes em que a totalidade das vagas só foi preenchida por cerca de três semestres.

O curso funcionava no período vespertino, das 13:00 às 18:20, por esse motivo, enfrentava sérios problemas de evasão, já que muitos estudantes da região do ABC e de cidades vizinhas como Santo André necessitavam estagiar e trabalhar, mas em virtude do horário das aulas dificultava para conseguirem estágio. Muitos alunos desistiam do curso para trabalhar e buscavam uma instituição privada que oferecia o curso noturno.

Por conta do espaço físico da IES, não era possível o curso funcionar no turno da noite, pois as salas eram ocupadas por outros cursos da instituição que apresentavam alta demanda. Como medida de atenuar a evasão, a coordenação do curso articulou uma forma de alterar o horário das aulas para mais tarde. No entanto só era possível para os alunos a partir do 4º semestre. As aulas começavam então às 14:50 e iam até às 20:10. Dessa forma possibilitava aos alunos interessados em estágio, o período da manhã. Essa medida foi eficaz e amenizou em 20 a 30% a evasão, pois como a IES A tinha convênio com algumas empresas, a situação de horário foi repassada e as empresas flexibilizavam para que os estudantes pudessem frequentar as aulas e também estagiar. Os estudantes eram bastante solicitados pelas empresas devida à formação proporcionada pelo curso.

O perfil dos estudantes era composto em maioria por mulheres de variadas idades, desde as mais jovens recém-saídas do ensino médio, a senhoras. Também havia procura por alunos já graduados como, por exemplo, em pedagogia e administração.

Com um ano de funcionamento, foi solicitada pela coordenação do curso uma atualização da matriz curricular, para atender as exigências que o mercado solicitava do profissional. A nova matriz curricular entrou em vigor em 2011 e contava inclusive com a disciplina de Metodologia da Pesquisa, Trabalho de Conclusão de Curso além de Inglês, Espanhol e Português em todos os semestres do curso.

O corpo docente era composto por professores de outras áreas e tinha apenas uma professora com formação em Secretariado Executivo.

O encerramento do curso ocorreu em razão de uma alteração na política de ingresso nos cursos da instituição mantenedora das IES Tecnológicas do Estado, em 2016. A instituição mantenedora passou a exigir como requisito de continuidade de oferta de curso, a existência de demanda no vestibular de 1,5% equivalendo a 60 inscritos e o curso não alcançou esse percentual por ocorrer no período vespertino, como descrito. Assim sendo, a instituição mantenedora solicitou que IES Afechasse o curso, o que também aconteceu com outros cursos da instituição que não atingiram a demanda estabelecida.

Houve resistência por parte da coordenação e dos professores, pois o curso era bem visto pela comunidade e pela instituição, além de obter nota máxima, 5, na avaliação do Conselho Estadual. Com essa argumentação, a coordenação emitiu documento a instituição mantenedora solicitando que a situação fosse revista, porém, não foi possível reaver a decisão de fechamento do curso.

O último vestibular ocorreu em 2016 para ingresso de estudantes em 2017 e prazo para conclusão de curso no segundo semestre de 2019. No entanto, as últimas alunas remanescentes finalizaram no final do primeiro semestre de 2019.

No lugar do curso de Secretariado foi inserido o curso de Comércio Exterior, que embora atinja o quantitativo de entrada estipulado pela a instituição mantenedora, por ser vespertino tem a problemática de evasão e conclusão de curso. Em relação aos professores que ministravam aulas no Secretariado, foram realocados. A instituição mantenedora não trabalha com regime de jornada de aula e sim com regime hora/aula e mesmo sendo instituição pública e sob concurso, os professores não tem dedicação exclusiva. Dessa forma muitos trabalham em empresas ou dão aulas em outras instituições.

Atualmente não há perspectiva de que o curso volte a funcionar, pois não existe demanda para um curso vespertino de Secretariado. Além disso, o curso é ofertado em outra IES do estado, no período noturno e, embora distante da região do ABC, o deslocamento é facilitado com trem e metrô.

Nesse contexto, o fechamento do curso se deu por mudança na política de ingresso. A determinação foi da instituição mantenedora da IES A, que ao constatar não haver demanda pelo curso vespertino a partir do não preenchimento da totalidade das vagas acrescidas em 50% e, mesmo com resistência da IES A e seus professores, a determinação foi efetivada.

4.2 Curso Tecnólogo em Automação de Escritórios e Secretariado– IES B

A IES B foi criada por uma iniciativa da instituição mantenedora das 73 IES tecnológicas existentes no estado de SP. A IES B foi a primeira faculdade pública da cidade de Guaratinguetá, que fica a 182 km da capital São Paulo. O primeiro curso ofertado na IES B foi o tecnológico em Automação de escritórios e Secretariado, no primeiro semestre de 1995, com 30 vagas. A periodicidade do curso era semestral com duração de 8 semestres.

Havia uma grande demanda pelo curso, principalmente pelos alunos da Escola de Especialistas de Aeronáutica e que buscavam formação superior, como a IES B funcionava no período noturno era bastante procurada por esses alunos, que em sua maioria eram do sexo masculino. Esse perfil de estudante do curso era entendido pela coordenação como um meio de divulgação do curso a fim de desmistificar a ideia que, naquela época, era tido como um curso voltado apenas para o gênero feminino.

Quanto ao corpo docente, contava com apenas uma professora com formação em Secretariado Executivo.

O curso de Automação de escritório e Secretariado não tinha como foco somente o secretariado. Era um curso voltado para administração, o que fazia com que a coordenação do curso trabalhasse nessa divulgação além de ter um árduo trabalho na explicação do curso. Em sua matriz curricular constava disciplinas com três ênfases sendo: secretariado bilíngue, no caso era ofertada a disciplina de espanhol, em sistemas de informação e em marketing.

Diante da maturação do curso de automação, como era habitualmente chamado, e de acordo com a demanda da cidade de Guaratinguetá, por ser no interior de SP e não ter como absorver o profissional com a formação em Secretariado, a coordenação do curso juntamente a instituição mantenedora do curso, entenderam que o curso deveria passar por uma atualização. Foi então migrado para o curso de Gestão Empresarial, em vigor até o momento. Dessa forma, o último vestibular para o curso de Automação de escritórios e Secretariado ocorreu em 2005.

Esse processo de migração para o curso de Gestão Empresarial ocorreu de forma natural tanto para a coordenação do curso de automação quanto para os alunos de automação que estavam na metade do curso e puderam migrar para o curso de Gestão Empresarial por ter muitas disciplinas equivalentes. Quanto aos alunos mais antigos, que eram poucos, puderam concluir o curso de automação normalmente.

O curso de Gestão Empresarial ofertou a primeira turma em 2006, e teve todos os professores que ministravam aula no curso de automação realocados. O curso de Gestão Empresarial atualmente é o curso mais procurado da IES B.

O processo de migração do curso de Automação de escritórios e Secretariado para o curso de Gestão Empresarial, não se deu por falta de demanda, pelo contrário, as vagas inicialmente ofertadas de 30, passaram para 40, o que evidencia que o curso tinha boa aceitação pela comunidade, entretanto a instituição mantenedora junto com a coordenação do curso, entenderam que se fazia necessário a atualização do mesmo.

4.3 Curso Bacharel em Secretariado Executivo – IES C

O curso de Secretariado Executivo da IES C, funcionou no período 2011 a 2017. Surgiu por solicitação da Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul à universidade, que através de um projeto de extensão avançada da IES sede ocorre a cooperação com as Prefeituras dos interiores do estado, como forma de a universidade se aproximar da comunidade e estar no interior. As prefeituras cedem o espaço físico com toda a estrutura necessária ao curso (salas, bibliotecas, laboratórios, etc.), além de custearem o deslocamento, alimentação e estadia dos professores. A universidade entra com a estrutura didático pedagógica, corpo docente e uma coordenação do curso na cidade.

O curso atendeu à solicitação da prefeitura pois era uma forma de divulgar a profissão de secretariado em cidades menores, já que era desconhecida. Por outro lado, a decisão interferiu na rotina de trabalho do corpo docente, pois o corpo docente de um curso passou a atender a dois cursos e em locais diferentes. No tocante ao corpo docente, nesta universidade existe um Departamento de Secretariado Executivo, que congrega 16 professores, sendo 15 com formação acadêmica em Secretariado Executivo, porém somente cinco são efetivos e 11 contratados.

O curso da IES C ocorria no período noturno, eram ofertadas quarentas vagas anualmente e formou três turmas. A cooperação entre universidade e prefeitura é firmada por três turmas, é necessário haver três processos seletivos, e caso haja interesse na continuação,

passa por uma nova avaliação da Secretaria do Estado para que os cursos sejam re-ofertados. A parceria não foi renovada por iniciativa da prefeitura de Laranjeiras do Sul, pois nesse período a cidade recebeu um campus de uma nova IES Federal, criada pelo Governo Federal, com a oferta de vários cursos no campus, atendendo a demanda da cidade. Diante disso, a universidade firmou cooperação com a Prefeitura Municipal Chopinzinho em 2015 e passou a ofertar o curso de secretariado nesta cidade no mesmo formato de Laranjeiras do Sul.

4.4 Curso Bacharel em Secretariado Executivo – IES D

O curso de Secretariado Executivo da IES D foi instalado na cidade pela iniciativa de interiorização da Universidadee pela demanda local da cidade, já que não havia nenhum curso da área de negócio no campus e como existe na região muitas indústrias, inclusive mineradoras, fazia-se necessário a formação do profissional da área de negócios.

Em 2012, o curso de Secretariado Executivo começou a ser ofertado na IES Dno período noturno, com 40 vagas. Entretanto, não houve concurso para professores, o corpo docente e coordenação do curso pertencia a sede da IES D, na capital Belém, o que comprometeu a permanência do curso.

Na ausência de concurso para professores, o deslocamento dos professores efetivos da capital era inviável, pois os mesmos já tinham carga horária assumida, e também não recebiam compensação financeira. A alternativa da IES SEDE para cobrir o quadro de docentes foi contratar professores horistas. No entanto, havia muita dificuldade na contratação de professores para se deslocarem até o campus. Para amenizar, o curso foi ofertado de forma modular, com disciplinas concentradas, ou seja, iniciava e concluía uma disciplina para depois iniciar outra.

Outro fator que comprometeu a estabilidade do curso foi a estrutura física do campus. Havia poucas salas de aula, e a biblioteca era carente em acervo específico ao curso, pois ao perceber que o curso não teria continuidade não houve investimentos com aquisição de materiais específicos para a biblioteca.

A turma iniciada em 2012 findou em 2016. Os alunos que não concluíram no período normal, passaram a cumprir as disciplinas em outros campings.

4.5 Curso Bacharel em Secretariado Executivo IES E

O curso foi criado em 1991, fruto de empenho e esforços da Classe Secretarial do Amapá junto a Secretaria de Educação e Cultura do Estado, que buscavam credenciamento dos profissionais da área em nível superior. No entanto, em 1993 com a visita do MEC para avaliação da situação da IES E foi constatado pela comissão a necessidade de melhoria do desempenho dos cursos existentes (Matemática, História, Geografia, Pedagogia, Letras, Educação Artística e os cursos Bacharelado em Direito e Enfermagem) e quanto ao curso de Secretariado, a extinção imediata. A justificativa da comissão era a falta de aplicabilidade profissional para região. Porém com muita resistência da comunidade acadêmica, conseguiu-se a suspensão do curso por um prazo de cinco anos. Dessa forma, em 1993, o curso foi suspenso pelo Conselho Superior de Implantação (CONSIP) de realizar vestibular para o ano de 1994. O Ministro da Educação Paulo Renato Souza, através da portaria MEC nº 162 de 22 de fevereiro de 1996, reconheceu o curso de Secretariado Executivo IES E, e em 1998 voltou a ofertar turma. A partir de então o curso continuou, embora, com problemas de evasão, até que em 2014 ofereceu sua última turma. A seguir quadro síntese do ENADE, 2006 a 2015 do curso de Secretariado Executivo da IES E. No Quadro 6, índices ENADE, são apresentados os dados obtidos pelo curso de Secretariado Executivo da IES E.

Quadro 6 – índices ENADE

ENADE	ENADE	CPC
2018	1	-
2015	2	3
2012	3	2
2009	3	2
2006	1	-

Fonte: Dados do MEC (2019)

Diante dos dados obtidos pela consulta do Exame Nacional de Desempenhos Estudantes (ENADE), verifica-se que já na primeira edição do Ciclo do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), 2004, 2005, 2006, o desempenho dos alunos foi avaliado com a nota mínima e não houve Conceito Preliminar de Curso (CPC). O que demonstraria fator preocupante para renovação de reconhecimento de curso. Porém, nos dois ciclos seguintes 2007, 2008, 2009 e 2010, 2011, 2012 o CPC foi média dois (2). Dessa forma, o curso recebeu visita in loco dos técnicos avaliadores do MEC por dois dias para averiguação da infraestrutura da universidade e condições de permanência da oferta do curso.

Em 2014, apesar de o curso ter tido a renovação de reconhecimento, o curso teve uma visita do MEC, que o avaliou com uma nota insatisfatória por não cumprir as solicitações estipuladas de estrutura física. A IES E foi então notificada pelo MEC e o curso teve que cumprir algumas exigências como preencher um protocolo de compromisso para cumprir em até certa data algumas ações. A coordenação do curso providenciou as correções.

Mesmo nesse contexto a reitoria autorizou que o curso ofertasse vagas para o vestibular de 2015. No entanto, os alunos que passaram no vestibular não puderam ser chamados pelo curso. Porém, por terem sido aprovados em um concurso público, tinham direito a vaga. Dessa forma a coordenação do curso de Secretariado em acordo com a coordenação do curso de Administração, conseguiram migrar os alunos aprovados no vestibular de 2014 para o curso de administração.

A coordenação do curso de secretariado não aceitava que o curso fosse penalizado por estrutura física, pois competia a Universidade tais implicações, e outros cursos também usufruíam da mesma estrutura, porém sem penalidades. A coordenação também alegava que na época tinha um dos melhores departamentos.

A reitoria informou ao curso que de acordo com informações obtidas junto ao Ministério da Educação, independente da nota do CPC, caso o curso na próxima edição do ENADE, que seria 2015, fosse avaliado com nota inferior a 3, ele seria encerrado.

No final do ano 2016, foi divulgado o resultado do ENADE 2015 e o conceito alcançado pelo curso foi 2 e do CPC 3. A coordenação do curso, no entanto, não concordou com a presunção da reitoria quanto ao encerramento, pois, entendia que de acordo com as normas técnicas vigentes no momento, a nota do CPC obtida não indicava fechamento do curso, e a nota do ENADE não entrava no quesito para encerramento de curso.

Contrariando a posição da reitoria, que afirmava que o quesito para fechamento do curso era a nota do ENADE, a coordenação do curso tinha outro entendimento, por isso comunicou-se diretamente com o MEC, mas não foi atendida em razão do trâmite ser entre Universidade e MEC.

A reitoria sugeriu à coordenação do curso que autorizasse o fechamento do curso de forma a antecipar à medida que seria tomada pelo MEC. A coordenação do curso tinha outro entendimento: que o curso estava com CPC favorável, atendia as especificações de infraestrutura, PPC e corpo docente e o curso tinha demanda, não havendo justificativas para o encerramento do curso.

O colegiado, os alunos, a coordenação, todos foram contrários ao encerramento do curso. No entanto, a última turma ingressou em 2014. O curso não teve autorização para

novas turmas, apenas a conclusão dos alunos que já se encontravam em formação. Essa situação afetou inclusive a segurança dos alunos em obterem o diploma. Atualmente, ainda tem alunos a se formar, o que faz com que a coordenação necessite ofertar disciplinas para apenas um aluno, ou poucos alunos.

Porém, o colegiado continuou a insistir contra o fechamento do curso. Depois de um embate, a reitoria sugeriu a criação de um novo curso, que viria a ser o Tecnológico em Secretariado, sendo o primeiro curso tecnológico da IES E. Em 2017 a coordenação do curso solicitou cancelamento voluntário junto ao MEC e o Colegiado passou a trabalhar na criação do novo curso ainda no mesmo ano. O curso de tecnológico passou a funcionar em 2018. Os professores do bacharelado foram migrados para o tecnólogo, com exceção de um professor que não aceitou.

4.6 Motivos que levaram ao fechamento dos cursos

Compreender as causas ou os fatores que vem levando o curso de secretariado executivo ao encerramento de sua oferta nas IES exige muita pesquisa. Segundo Cielo; Schmidt e Wenningkamp (2014), existe uma lacuna quanto aos estudos científicos sobre o desenvolvimento ou permanência do curso de Secretariado, o que não ocorre para as outras áreas como administração, contabilidade, por exemplo, como afirmam as autoras.

Dessa forma, estudos sobre a situação atual do curso, aguçam o interesse em se identificar e compreender os motivos. Baseando-se nesses estudos, pode-se evoluir no processo de pesquisa e compreensão sobre o desenvolvimento da formação acadêmica do curso de Secretariado Executivo.

A IES A, pela falta de demanda pela procura do curso, foi levada pela Instituição mantenedora a encerrar o curso por não ter preenchidas as inscrições do vestibular acrescidas de 50% do total das vagas. A respeito de demanda pelo ensino superior, Neri (2011) explica que diversos fatores podem promover o desinteresse pela procura do curso como, por exemplo: condições financeiras devida à necessidade imediata de geração de renda, baixas expectativas de retorno com a profissão, dificuldades familiares.

A IES B, para atender aspirações do próprio curso de automação, fez a migração do curso para Gestão empresarial a fim de atender a atualização do curso e a demanda pela profissão no local, já que por ser cidade pequena não absorveria a demanda do profissional de Secretariado.

A IES C por ser uma extensão avançada da IES SEDE, dependia do convênio entre Universidade e a prefeitura. Com a criação de uma nova IES FEDERAL articulada pela prefeitura, a mesma não renovou o convênio e o curso foi encerrado.

A IES D, não pôde dar continuidade a oferta do curso devido à falta de estrutura física, pois não havia espaço para comportar o curso, e também existia muita dificuldade na contratação de professores. Nesse sentido, pode-se considerar que o programa de expansão do Ensino Superior promovido nos últimos anos pelo Governo Federal, embora promotor de acesso da maioria da população ao ensino superior, não foi bem estruturado, no sentido de disponibilizar a estrutura física e humana necessária para o funcionamento de algumas Instituições de Ensino Superior (MICHELOTTO, 2006; MARQUES; PEREIRA; ALVES, 2010).

A IES E teve o curso de Secretariado Executivo encerrado por não alcançar as especificações de desempenho previstas pelo MEC. No ENADE 2015, o curso obteve nota dois e, embora com o CPC tenha obtido média três, nos ciclos anteriores do SINAES 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, apresentou média condizente que exigia visita in loco de técnicos avaliadores para averiguação das instalações físicas, corpo docente e técnico administrativo e organização didático-pedagógica. Pela constatação da situação inadequada à continuidade do curso, a reitoria sugeriu a coordenação do curso pelo fechamento de forma a antecipar a decisão do MEC. E assim foi feito mediante solicitação voluntária da coordenação do curso em 2017.

De acordo com o INEP (2019), o curso superior que na Avaliação de Curso, obtiver nota de Conceito Preliminar de Curso avaliada com nota 2, receberá visita in loco por dois técnicos avaliativos do Ministério da Educação MEC, para averiguação da qualidade e preenchimento de protocolo da instituição a se comprometer a ajustes em prazo determinado. Caso não cumpra, o curso poderá ser cancelado (IMEP, 2019).

Quadro 7 – Síntese dos motivos que ocasionaram o fechamento dos cursos

Curso	Motivos
IES A	Demanda restrita
IES B	Atualização do curso
IES C	Término do convênio com a prefeitura por criação da Universidade Federal na Cidade
IES D	Estrutura e falta de professores
IES E	Desempenho no ENADE

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Percebe-se, portanto, que quatro dos cursos fechados se localizavam no interior dos seus respectivos estados com exceção de um curso que funcionou na capital do estado. Os motivos de fechamento foram específicos em cada caso, motivos estes oriundos de fatores internos das universidades e da realidade local de cada região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs investigar os motivos de fechamento do curso de Secretariado Executivo em Instituições públicas no Brasil. A situação do curso mostra-se preocupante por conta do declínio que vem apresentando na última década.

O primeiro objetivo específico foi identificar os cursos fechados. Foram identificados seis cursos, embora um não participou desta pesquisa. Dois dos cursos funcionaram em universidades estaduais, um em universidade federal, enquanto dois em Faculdades Tecnológicas.

Como segundo objetivo específico, buscou-se descrever a criação e fechamento dos cursos, foi possível alcançar a partir das entrevistas realizadas com os coordenadores da época, confirmando os dados existentes no e-MEC no tocante a abertura e extinção dos cursos e toda a contextualização que levou ao fechamento. Foram identificados motivos distintos entre os cursos: infraestrutura, desempenho no ENADE, atualização da proposta pedagógica, encerramento de cooperação entre IES e Prefeitura e demanda.

Referente ao terceiro objetivo específico, de descrever aspectos de infraestrutura e corpo docente dos cursos fechados, identificou-se que os cursos por estarem em cidades interioranas dos estados careceram de infraestrutura e demandou esforço do corpo docente, com exceção de um curso que funcionava na capital, mas mesmo assim tem trajetória de infraestrutura deficiente.

Embora os motivos sejam específicos a cada realidade distinta das IES, percebe-se a questão da demanda como fator preponderante em duas situações. Já a questão estrutural da IES se relaciona a outras duas situações em que uma provavelmente chegaria à avaliação institucional. Por fim, a quebra de contrato, é uma questão política institucional pode ocorrer por diversos fatores, entre eles falta de demanda e problemas estruturais e baixo desempenho segundo avaliação do MEC.

No entanto, para além da importância em saber os motivos que levaram ao fechamento dos cursos, compreender os processos que ocasionaram tal acontecimento é de extrema relevância para atuação como transformadores da realidade do curso de Secretariado Executivo, assim como, do Ensino Superior como um todo.

Conclui-se com esse estudo que as cinco Instituições de Ensino Superior Públicas que tiveram o curso de Secretariado Executivo fechado, cada uma teve em sua realidade específica, um motivo particular. Não sendo possível dessa forma, um motivo generalizado para o fechamento. O que indica estudo específico acerca de cada situação.

Essa pesquisa apresentou dificuldades pela ausência de estudos sobre os motivos que possam causar o fechamento de cursos de Secretariado Executivo. Também se sentiu dificuldades na captação de dados concisos das IES no portal MEC.

Por tanto, sugere-se a comunidade acadêmica das IESs, sindicatos e associações, a continuidade de pesquisas com as demais modalidades do curso, rede privada e EAD, para que assim, esse estudo preliminar possa contribuir para o aprofundamento sobre o panorama que está se construindo a respeito da situação do curso de Secretariado Executivo, e possa cada vez mais ter uma representação abrangente da situação do curso, assim como seus reflexos na profissão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Brasília: Distrito Federal, [2007]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 05 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília: Distrito Federal, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-018/2017/Decreto/D9235.htm. Acesso em: 08 de dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília: Distrito Federal, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em: 07 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília: Distrito Federal, [2005]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm. Acesso em: 07 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Distrito Federal [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 07 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/catalogo-nacional-dos-cursos-superiores-de-tecnologia->. Acesso em: 06 dez. 2019.

BRASIL. **Parecer nº 0102/2004.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Secretariado Executivo. Brasília: Distrito Federal, [2004]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0102.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2019.

BRASIL. **Portaria MEC nº 413, de 11 de maio de 2016.** Aprova, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de tecnologia. Ministério da Educação. Brasília: Distrito Federal, [2016]. Disponível em: <https://www.abmes.org.br/public/legislacoes/detalhe/1890/portaria-mec-n-413>. Acesso em: 06 dez. 2019.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010.** Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada. Ministério da Educação. Brasília: Distrito Federal, [2010]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2704-sisupportarianormativa2&Itemid=30192. Acesso em 08 dez. 2019.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 3, de 18 e dezembro de 2002.** Institui as Diretrizes curriculares nacionais gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Ministério da Educação e Cultura. Brasília: Distrito Federal [2002]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 3, de 23 de junho de 2005.** Institui as Diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Secretariado Executivo. Ministério da Educação e Cultura. Brasília: Distrito Federal, [2005]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_05.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2019.

BREAKWELL, Glynis M. **Métodos de Pesquisa em Psicologia.** Porto Alegre: Armed, 2010. 240 p.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade.** São Paulo: UNESP, 2001. p. 47-48.

CIELO, I. D.; BÔAS, C, M, L, C, V; SANCHES, F, C. Mapeamento da qualificação dos pesquisadores e docentes de Secretariado: oportunidades e desafios rumo a pós- graduação stricto sensu. Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado Executivo V, **Anais [do] V ENASEC.** São Paulo, p. 330-345, 2017.

CIELO, I. D.; SCHIMIDT, C. M.; WENNINGKAMP, K. R. Secretariado Executivo no Brasil: Quo Vadis? **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 5, n. 3, p 49-70, set./dez., 2014. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/256>. Acesso em: 10 set. 2019.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010, p. 43.

CUNHA, LUIZ ANTÔNIO. **A Universidade Temporã.** 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 1980.

DURHAM, Eunice R. Educação superior, pública e privada. In: BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Os desafios da educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 192-232.

DURHAM, Eunice; SCHWARTZMAN, Simon. **Avaliação do ensino superior.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992, 207 p.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade do Brasil: das origens à construção.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ / INEP, 2000, v.1, p. 28.

FENASSEC. **Federação Nacional das Secretárias e Secretários.** Disponível em: <http://www.fenassec.com.br/site/>. Acesso em: 04 dez. 2019.

FLORES, Sharon Rigazzo. Democratização do Ensino Superior no Brasil, uma breve história: da colônia a república. **Revista Internacional de Educação Superior.** Campina, SP, v. 3, n. 2, p. 401-416, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6324912>. Acesso em: 26 set. 2019.

FRANCA, Acson Gusmão. Educação e mercantilização: um estudo sobre a expansão do setor de Ensino Superior privado no Brasil a partir da década de 1990. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, São Paulo, v. 3, n. 1, p.98-111, jan./mar, 2017. Disponível em:

<https://seer.imed.edu.br/index.php/REBES/article/view/1917/1234>. Acesso em: 05 dez. 2019.

FREITAS, Maria Delvania; DURANTE, Daniela Giaretta. Panorama da formação superior em secretariado no Brasil. **Anais [...]**, Minas Gerais, 2019, 20 p. Trabalho apresentado no VI Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado Executivo. Minas Gerais, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Perguntas frequentes. **ENADE**. Brasília: Inep. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/perguntas-frequentes4>. Acesso em: 04 dez. 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Perguntas frequentes. **SINAES**. Brasília: Inep. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinaes>. Acesso em: 04 dez. 2019.

KANG, Thomas H. Educação para as elites, financiamento e ensino primário no Brasil: 1930-1964. **Latin American Research Review**, v. 52, n. 1, p. 35-49, 2017. Disponível em: <https://larriasa.org/articles/10.25222/larr.42>. Acesso em: 15 set. 2019.

LIMA, K. R. de S. Expansão e reestruturação das universidades federais e intensificação do trabalho docente. **Revista de Políticas Públicas**. São Luiz: ed. esp., p. 441-452, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1397>. Acesso em: 07 dez. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003, p. 155.

MARQUES, Carolina Sampaio; PEREIRA, Augusto B. D.; ALVES Juliano Nunes. Identificação dos principais fatores relacionados à infraestrutura universitária: uma análise em uma IES Pública. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 23, n. 1, p. 91-103, jan./jun., 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/viewFile/2100/1284>. Acesso em: 08 dez. 2019.

MARQUES, Heitor Romero. Et. al. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Campo Grande: UCDB, 2006.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Social**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr., 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MEC. Ministério da Educação. **Institucional**. Brasília: Mec, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/institucional/historia>. Acesso em: 21 set. 2019.

MICHELOTTO, Regina Maria; COELHO, Rúbia Helena; ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, dez./2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n28/a12n28.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2019.

NERI, Marcelo Cortes. **As razões da educação profissional: olhar da demanda.** Rio de Janeiro. FGV/CPS, 2012, p. 07-20.

NONATO JÚNIOR, R. **Epistemologia e teoria do conhecimento em secretariado executivo: a função das Ciências da Assessoria.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2007.

PAIVA, Giovanni Silva. Avaliação do desempenho dos estudantes da educação superior: a questão da equidade e obrigatoriedade no provão e Enade. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 16, n. 58, p. 31-45, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3995/399537956003.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2019.

PEGORINI, Diana; VILAS-BOAS, Mara. O tecnólogo em secretariado em debate. In: D'ELIA, Bete; AMORIM, Magali; SITA, Maurício (coords). **Excelência no Secretariado: A importância da profissão nos processos decisórios: como assessorar e atingir resultados corporativos e pessoais com competência e qualidade.** São Paulo: Editora Ser mais, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/15029>. Acesso em: 07 dez. 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013, 70 p.

ROSSATO, R. **Universidade: nove séculos de História.** Passo Fundo: UPF, 2005.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do Ensino Superior Brasileiro: 1808-1900.** São Paulo: Núcleo de Pesquisas Sobre Ensino Superior – USP, 1991.

SILVA, Nilson Carlos Duarte da; GIULIANI, Antônio Carlos. Um estudo sobre o desenvolvimento no Brasil da cooperação universidade-empresa-interação entre a instituição de ensino superior de tecnologia e a micro e pequena empresa. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 2, n. 3, p. 479-498, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2734/273420427009.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2019

SILVA, R. P.; RAUBER, K; WESSLING, M. C.; WILLERS, E. M. Cenário dos cursos de graduação em secretariado executivo, nível bacharelado, da região sul do Brasil: estamos desaparecendo? In: **Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado Executivo, V.** São Paulo: Anais, p. 280-294, 2017.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, Sorocaba, v. 15, n. 01, p. 195-224, mar./2010. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao>. Acesso em: 06 dez. 2019.

SOUSA, Paulo Roberto Carvalho, de. A reforma universitária de 1968 e a expansão do ensino superior federal brasileiro: algumas ressonâncias. **Cadernos de História da Educação.** Uberlândia, MG, v.7, jan./2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1886>. Acesso em: 06 dez. 2019.

VIEIRA, Sonia; **Como elaborar questionário.** São Paulo: Atlas, 2009.

ZACCARELLI, Laura Menegon; GODOY, Arilda Schmidt. "Deixa eu te contar uma coisa...":

Possibilidades do uso de narrativas e sua análise nas pesquisas em organizações. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 3, p. 28, 2014.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

DA ORIGEM DO CURSO:

1. Quando o curso iniciou?
2. Quais as motivações para início do curso? Houve pesquisa de mercado, por exemplo, para identificar demanda?

DA ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS:

3. A qual Unidade e Departamento da Universidade o curso de Secretariado Executivo fazia parte?
4. A Universidade disponibilizava ao curso salas climatizadas, biblioteca, auditório, laboratório de informática?
5. O curso tinha quantos professores em seu quadro no período de fechamento? Destes, quantos mestres e doutores? E como estes foram remanejados?
6. O curso possuía servidores na coordenação? Se sim, como foram remanejados após o fechamento?
7. Existiam alunos matriculados no curso no período do fechamento? Se sim, quantos? Como se deu o processo de conclusão do curso depois de decretado o fechamento?
8. Quantos alunos o curso formou ao longo de sua trajetória na instituição?
9. Quanto a representação estudantil, o curso possuía Centro Acadêmico? Se sim, contava com espaço físico próprio?
10. Houve resistência da comunidade acadêmica contra o fechamento do curso?

DO FECHAMENTO DO CURSO:

11. Quando se deu o fechamento do curso?
12. Houve migração de Bacharelado para tecnológico?
13. Houve diminuição de interesse por parte dos egressos na instituição?
14. Houve diminuição dos recursos federais ao curso?
15. Quais os motivos que levaram ao fechamento do curso?